

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**

---

**GABINETE DO PREFEITO**  
**LEI Nº 2.157 DE 14 DE JANEIRO DE 2026.**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar, com encargos, imóvel integrante do patrimônio público municipal para empresa comprometida com a geração de postos de trabalho e renda no Município de General Carneiro e dá outras providências.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei Nº. **107/2025** do Executivo Municipal, e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Lei Municipal nº 1.714, de 31 de agosto de 2021, e da legislação federal aplicável, a realizar doação com encargos de imóvel integrante do patrimônio público municipal, visando à instalação de empreendimento econômico comprometido com a geração de empregos e renda no Município de General Carneiro, observado o interesse público e o disposto nesta Lei.

**Art. 2º** A doação de que trata esta Lei recai sobre o seguinte imóvel de propriedade do Município de General Carneiro:

I - uma área de terras rurais (Sítio Santa Helena - Lote 1), situada na Fazenda São Zacarias, constante de parte do Quinhão n.º 08, no Distrito e Município de General Carneiro, Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, com área de 85.692,43 m<sup>2</sup> (oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e dois metros, quarenta e três decímetros quadrados), ou 8,5692 Hectares, objeto da matrícula nº 23.646 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, de propriedade do Município, com o seguinte Memorial Descritivo: “O imóvel inicial junto ao marco 1, descrito em planta anexa, com coordenadas U T M Este (X) 468.438,42 e Norte (Y) 7.074.227,62; do vértice 1 segue em direção até o vértice 2 no azimuth 175º51’55”, em uma distância de 333,67m, confrontando com, por divisa com Cerca; do vértice 2 segue em direção até o vértice 3 no azimuth 274º28’32”, em uma distância de 89,77m, confrontando com, por divisa com Cerca; do vértice 3 segue em direção até o vértice 4 do azimuth 4º41’42”, em uma distância de 31,08m, confrontando com, por divisa com Cerca; do vértice 4 segue em direção até o vértice 5 no azimuth 292º05’39”, em uma distância de 324,14m, confrontando com, por divisa com Cerca; do vértice 5 segue em direção até o vértice 6 no azimuth 22º31’35”, em uma distância de 183,19m, confrontando com Faixa de Domínio BR-153, por divisa com Rodovia; do vértice 6 segue em direção até o vértice 7 do azimuth 90º39’01”, em uma distância de 150,69m, confrontando com Marilda Salete Rotta Lote 02 P da Mat 18639, por divisa com Cerca; do vértice 7 segue em direção até o vértice 8 do azimuth 78º40’09”, em uma distância de 21,43m, confrontando com Marilda Salete Rotta Lote 02 P da Mat 18639, por divisa com Estrada interna; do vértice 8 segue em direção até o vértice 9 do azimuth 91º00’03”, em uma distância de 9,73m, confrontando com Marilda Salete Rotta Lote 02 P da Mat 18639, por divisa com Estrada interna; do vértice 9 segue em direção até o vértice 10 no azimuth 125º45’55”, em uma distância de 21,06m, confrontando com Marilda Salete Rotta Lote 02 P da Mat 18639, por divisa com Estrada interna; do vértice 10 segue em direção até o vértice 11 do azimuth 147º52’27”, em uma distância de 12,09m, confrontando com Marilda Salete Rotta Lote 02 P da Mat 18639, por divisa com Estrada interna; do vértice 11 segue em direção até o vértice 12 do azimuth 123º54’32”, em uma distância de 11,62m, confrontando com Marilda Salete Rotta Lote 02 P da Mat

18639, por divisa com Estrada interna, do vértice 12 segue em direção até o vértice 13 no azimute 108°11'29", em uma distância de 20,82m, confrontando com Marilda Salete Rotta Lote 02 P da Mat 18639, por divisa com Estrada interna; finalmente do vértice 13 segue até o vértice 1, (início da descrição), no azimute de 57°50,54, na extensão de 69,32m, confrontando com Marilda Salete Rotta Lote 02 P da Mat 18639, fechando assim uma área de 8,5692 ha."

Parágrafo único: A doação será precedida de avaliação prévia do imóvel, por profissional ou comissão designada, nos termos da legislação aplicável.

**Art. 3º** Para ter direito à doação de que trata esta Lei, a empresa beneficiária deverá assumir, no mínimo, os seguintes encargos:

- I – Edificar as instalações necessárias e dar início efetivo às atividades empresariais no imóvel no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado da assinatura do instrumento de doação;
- II – Cumprir integralmente as normas ambientais, urbanísticas, tributárias, empresariais, trabalhistas e demais exigências legais relacionadas ao seu ramo de atividade;
- III – Observar o seguinte cronograma mínimo de geração de empregos diretos:
  - a) no primeiro ano de atividade, a geração de no mínimo 10 (dez) a 15 (quinze) empregos diretos;
  - b) no segundo ano de atividade, a geração adicional de no mínimo 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) empregos diretos;
  - c) no terceiro ano de atividade, a geração adicional de no mínimo 20 (vinte) a 30 (trinta) empregos diretos;
  - d) no quarto ano de atividade, a geração adicional de no mínimo 30 (trinta) a 40 (quarenta) empregos diretos;
  - e) a partir do quinto ano de atividade, a manutenção de média mínima anual de 100 (cem) empregos diretos.
- IV – Utilizar o imóvel exclusivamente para a implantação e funcionamento do empreendimento vinculado ao projeto aprovado, vedada a alteração de destinação sem prévia autorização do Poder Executivo Municipal;
- V – Permitir o acesso de servidores ou representantes do Município para fins de fiscalização do cumprimento dos encargos previstos nesta Lei e no instrumento de doação;
- VI – Apresentar, anualmente, relatório circunstanciado de suas atividades, incluindo documentação comprobatória do número de empregos diretos mantidos.

§ 1º O prazo de que trata o inciso I deste artigo poderá ser prorrogado, uma única vez, por até 6 (seis) meses, mediante requerimento fundamentado da beneficiária, devidamente analisado e autorizado pelo Poder Executivo Municipal, desde que comprovadas razões relevantes que justifiquem a prorrogação.

**Art. 4º** A seleção da empresa beneficiária e a concessão dos incentivos previstos nesta Lei serão precedidas de procedimento licitatório, devendo obedecer aos requisitos da Lei Municipal nº 1.714/2021 e da legislação federal pertinente, observado, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. O edital de licitação estabelecerá critérios objetivos de seleção, considerando, dentre outros, o volume de investimentos, o número de empregos a serem gerados e mantidos, o prazo de implantação e a relevância econômica do empreendimento para o Município.

**Art. 5º** O imóvel objeto da doação será entregue à empresa beneficiária com a terraplanagem devidamente executada pelo Município, bem como com a infraestrutura básica necessária para viabilizar a instalação do padrão de energia elétrica, cabendo à donatária a implantação do padrão, a ligação definitiva junto à concessionária e as demais instalações internas necessárias ao funcionamento do empreendimento.

**Art. 6º** Aplicam-se à presente doação, independentemente do previsto no edital de licitação, todas as disposições da Lei Municipal nº 1.714, de 31 de agosto de 2021.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 14 de janeiro de 2026.

**JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Suzana de Oliveira Machado  
**Código Identificador:**DDC8306B

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 15/01/2026. Edição 3448  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>